




**XVII ENANPUR**

SÃO PAULO • 2017



## ***A terra é novo ouro: Geopolítica dos alimentos, conflitos por terras e principais atores envolvidos na América do Sul***

*La tierra es nuevo oro: Geopolítica de los alimentos, los conflictos por tierras y los actores principales en América del Sur*

*Claudete de Castro Silva Vitte, Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unicamp, [clavitte@ige.unicamp.br](mailto:clavitte@ige.unicamp.br)*

## RESUMO

Este artigo objetivou ressaltar e caracterizar os principais agentes hegemônicos e não hegemônicos envolvidos com o uso e ocupação da terra para agropecuária e com a segurança alimentar na América do Sul, considerando-os em seus conflitos e alianças de interesses. Ele enfoca prioritariamente o período de 2003-2016. Nos objetivos específicos procuramos: observar as principais influências e pressões exercidas por outros países e por empresas nacionais e transnacionais sobre países da América do Sul na questão de uso e ocupação de terras e na produção agropecuária; observar se tem havido modificações nas relações geopolíticas da América do Sul no que se refere à produção de alimentos; analisar os discursos e ações dos principais agentes hegemônicos (empresários, produtores e governos) sobre a produção agropecuária e as estratégias de resistências de grupos não hegemônicos envolvidos em conflitos e, por fim, caracterizar os principais conflitos territoriais e ambientais no subcontinente, em especial no uso e na apropriação do território que se originaram do atual modelo agrícola de agronegócio, de forma a contribuir no entendimento das dinâmicas dos territórios. Esta pesquisa teve caráter qualitativo. Foram feitas consultas livros, teses, periódicos acadêmicos e na imprensa, consultas eletrônicas de diversos websites, especialmente de ONGs, jornais de grande circulação, de institutos de pesquisas, órgãos governamentais e instituições relativas ao tema, por meio de análise de conteúdo.

**Palavras Chave:** América do Sul. Geopolítica dos alimentos. Questão agrária. Impactos socioambientais. Agentes geoeconômicos.

## RESUMEN

Este artículo buscó resaltar y caracterizar los principales actores hegemónicos y no hegemónicos involucrado en el uso y ocupación de la tierra para la agricultura y la seguridad alimentaria en América del Sur, teniendo en cuenta sus conflictos y alianzas de interés. Se centra principalmente en el período 2003-2016. En los objetivos específicos que buscamos: observar las principales influencias y presiones ejercidas por otros países y por las empresas nacionales y transnacionales en los países de América del Sur en materia de uso y ocupación del suelo y la producción agrícola; observar si se han producido cambios en las relaciones geopolíticas en América del Sur con respecto a la producción de alimentos; analizar los discursos y las acciones de los principales actores hegemónicos (empresarios, productores y gobiernos) sobre la producción agrícola y las estrategias de resistencia de los grupos no hegemónicos que participan en conflictos y, por último, caracterizar los principales conflictos territoriales y ambientales en el subcontinente, especialmente en el uso y apropiación de las tierras que se originó a partir del modelo agrícola actual de la agroindustria, con el fin de contribuir a la comprensión de la dinámica de los territorios. Esta investigación fue de tipo cualitativo. Las consultas se realizan libros, tesis, revistas académicas y en la prensa, consultas electrónicas de varios sitios web, especialmente las ONG, los principales diarios, institutos de investigación, agencias gubernamentales e instituciones relacionadas con el tema, a través de análisis de contenido.

**Palabras Clave:** América del Sur. Geopolítica alimentos. Cuestión agraria. Impactos sociales y ambientales. Agentes geoeconómicos.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho<sup>1</sup> objetivou ressaltar e caracterizar os principais agentes hegemônicos e não hegemônicos envolvidos com o uso e ocupação da terra para agropecuária e com a segurança alimentar na América do Sul, considerando-os em seus conflitos, alianças e jogos de interesses e enfocando prioritariamente o período de 2003-2016 e em casos selecionados.

Como objetivos específicos, procuramos: verificar as principais influências e pressões exercidas por outros países e empresas nacionais e transnacionais sobre países da América do Sul na questão do uso e ocupação de terras e na produção agropecuária; observar se tem havido modificações nas relações geopolíticas da América do Sul e em âmbito internacional no que se refere à produção de alimentos; acompanhar os discursos e ações dos principais agentes hegemônicos (empresários, produtores e governos) sobre a produção agropecuária e as estratégias de resistências dos grupos não hegemônicos envolvidos; analisar o papel da agropecuária no desenvolvimento econômico dos países sul-americanos e, por fim, caracterizar os principais conflitos territoriais no subcontinente, no uso e na apropriação do território provocados pelo atual modelo agrícola com foco no agronegócio, de forma a contribuir no entendimento das dinâmicas dos territórios.

Esta pesquisa teve caráter qualitativo, constituindo-se em uma pesquisa documental com fontes predominantemente secundárias. Foram feitos levantamentos em livros, teses, periódicos especializados e na imprensa, consultas eletrônicas de diversos *websites*, especialmente de ONGs, jornais de grande circulação, de institutos de pesquisas, órgãos governamentais e instituições relativas ao tema, por meio de análise de conteúdo.

## GEOPOLÍTICA DOS ALIMENTOS E A AMÉRICA DO SUL

A América Latina, especialmente na América do Sul, é uma das regiões mais ricas nos recursos fundamentais para a produção de alimentos – terra e água. Assim, segundo a FAO, considerando também o Caribe, ela possui 8% da população mundial, ainda que com necessidades crescentes; 23% das terras potencialmente cultiváveis do mundo, compondo na atualidade 12% das terras cultivadas no planeta; apresenta 46% das florestas tropicais e possui 31% da água doce do planeta.

A FAO estima também que a América Latina tem 800 milhões de hectares de terras, ainda que na sua maior parte coberta por florestas, sendo o desmatamento uma preocupação, pois ele pode iniciar a degradação do solo, com efeitos perversos para os ecossistemas. A transformação de ecossistemas naturais em terras agrícolas é de cerca de 30% na América Latina, o que corresponde a mais de 600 milhões de hectares de *agro-ecossistemas*, que apresentam, no entanto, processos de degradação que têm na pressão humana e nas mudanças climáticas os seus principais fatores (FAO in: <http://www.fao.org/3/a-i5126s.pdf,s/d>).

Melisa Galvano Quiroga (2016) advoga que o século XXI apresenta uma agenda política internacional marcada por incertezas e por uma versatilidade de temas que torna a ordem global tumultuada. Ela chama a atenção para o fato de que temas que algumas décadas atrás eram impensáveis de se tornarem problemáticos atualmente ocupam importante papel nas

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte modificada do relatório final intitulado Geopolítica e Geoeconomia dos recursos naturais para a produção agropecuária na América do Sul: entre as exportações de commodities e a segurança alimentar, uma visão panorâmica a partir dos Estados-nação (Processo CNPq nº 408228/2013-0 – APQ, 2016)

preocupações em nível mundial, sendo que entre esses temas está a competição por aquisição de terras e por alimentos. É uma situação nova e complexa da qual emerge uma geopolítica dos alimentos, como defende a autora, sob o argumento de que

la complejidad de las problemáticas y los desafíos que implican, van configurando escenarios donde se identifica que la expansión territorial y la capacidad de alimentar a las poblaciones son condiciones sine qua non para la construcción de poder. En la actualidad el cruce de estas variables da como resultado un entramado político-económico que muestra la interdependencia de las mismas, motivo por el cual es común encontrar analistas que empiezan a advertir sobre la “Guerra de los Alimentos” haciendo referencia a las principales problemáticas del futuro. Teniendo presente esta situación, es pertinente preguntarse si realmente ¿Existe una nueva geopolítica de los alimentos? La respuesta es claramente afirmativa (QUIROGA, 2016).

Esta adjetivação da geopolítica se justifica segundo Melisa Galvano Quiroga (2016) devido a uma conjunção de fatores, tais como “el aumento de la población mundial, que a su vez genera un aumento en la demanda de los recursos, especialmente de dos escasos como el agua, el aumento de la demanda de energía, el rol del cambio climático, el aumento de precio de las commodities y el rol de los biocombustibles”. (QUIROGA, 2016).

Segundo **Carlos Mauricio Jaramillo Galvis (2014)**, os alimentos são o elo mais frágil que coloca em risco a civilização atual, com significativo crescimento populacional, com 79 milhões a mais de pessoas demandando alimentos a cada ano, enquanto os recursos naturais se esgotam rapidamente. Assim, é uma nova situação que “vienen generando una nueva geopolítica basada en los alimentos, puesto que los países que tradicionalmente han importado grandes volúmenes de estos, han comprendido que no pueden fiarse de lo que sucede en el mercado para satisfacer sus necesidades”. Neste contexto, muitos países ricos vêm comprando ou arrendando por anos grandes extensões de terras em outros países, objetivando suprir sua demanda interna, em uma situação de carência de recursos naturais (GALVIS, 2014).

Neste contexto acima assinalado por **Carlos Mauricio Jaramillo Galvis (2014)**, a fome e a insegurança alimentar estão criando uma nova geopolítica na qual a água e a terra de muitos Estados-nação estão em jogo, situação que pode gerar fome e instabilidades, com resultados inesperados. Em esforço para contextualizar o cenário mundial da oferta de alimentos, Lester Brown (2013) afirma que:

o mundo transita de uma era de abundância de alimentos para uma de escassez. Na última década, as reservas mundiais de grãos diminuíram um terço. Os preços internacionais dos alimentos cresceram mais que o dobro, disparando uma febre pela terra e dando lugar a uma nova geopolítica alimentar. Os alimentos são o novo petróleo. A terra é o novo ouro<sup>2</sup>. Esta nova era se caracteriza pela carestia dos alimentos e pela propagação da fome. Do lado da demanda, o aumento demográfico, uma crescente prosperidade e a conversão de alimentos em combustível para automóveis se combinam para elevar o consumo a um grau sem precedentes. Do lado da oferta, a extrema erosão do solo, o aumento da escassez hídrica e temperaturas cada vez mais altas fazem com que seja mais difícil expandir a produção. A menos que se possa reverter essas tendências, os preços dos alimentos continuarão subindo e a fome continuará se espalhando, derrubando o atual sistema social (BROWN, 2013).

<sup>2</sup> O título deste artigo se beneficiou desta citação de Lester Brown.

## PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA AMÉRICA DO SUL: QUESTÃO AGRÁRIA E SEUS PRINCIPAIS ATORES

Na atualidade, como em nenhum outro momento da história, há pouquíssimas empresas dominando o mercado mundial de alimentos, controlando a produção e o comércio. Essa realidade acaba por ocasionar uma pesada ingerência privada sobre as políticas nacionais e internacionais que envolvem agricultura e produção de *commodities* agrícolas e minerais, com as empresas e produtores do agronegócio moldando, à sua conveniência, as regulações e os modelos de produção e consumo que são aplicados nos diversos países (STEDILE & CARVALHO, 2010).

A terra é um recurso primordial para a segurança alimentar e, a despeito dela ser vista durante muito tempo como um recurso ilimitado, há limites na existência de terras férteis no mundo e sua apropriação é questão chave na discussão (QUIROGA, 2016). Neste contexto, a América Latina, especialmente a América do Sul, é uma das regiões mais ricas em recursos fundamentais para a produção de alimentos – terra e água e por isso os países sul-americanos têm sido estimulados a mudanças substanciais na agricultura, voltando-a para monoculturas para exportação. Porém, como asseveram Anahí Gomez e Alex Latta (2014):

a agricultura de exportação e os plantios florestais [...] constituem uma espécie de *megaprojeto*, dado que sua expansão tem impactos em nível territorial. [...] Dessa maneira, ameaçam a sobrevivência de pequenos produtores e fomentam processos de emigração. [...] Os transtornos humanos e ecológicos provocados pelos megaprojetos têm gerado na América Latina, há vários anos, movimentos sociais de oposição, a partir dos quais se tem questionado o modelo de desenvolvimento e sua viabilidade social e econômica. Estes movimentos têm apresentado um forte componente sociocultural ao defender o território (GOMEZ; LATTA, 2014) [sem grifo no original].

Assim, fica evidenciada uma questão agrária no subcontinente e também que a segurança alimentar está, cada vez mais, associada à soberania dos povos, de forma que a questão agrária não é somente um problema de renda da terra; é uma questão geopolítica que envolve agentes nacionais e extranacionais (FERNANDES, 2009b).

Bernardo Mançano Fernandes (2009) esclarece que esta “questão agrária é, antes de outras implicações, um problema territorial”. Isso porque em quase todo o mundo o agronegócio e a agricultura camponesa disputam territórios, disputa essa intensificada com a produção de agroenergia que afeta a oferta de terras para a produção de alimentos. O autor assevera que a “procura de novos territórios para a expansão da agricultura tem hoje uma nova característica. Empresas e governos de diversos países estão arrendando, comprando, dando em arrendamento gigantescas áreas de terras” (FERNANDES, 2009b).

Na sequência, selecionamos e analisamos os atores considerados como os mais relevantes na América do Sul, lembrando que a dimensão, a diversidade e a complexidade do subcontinente nos obrigam a analisarmos de forma não exaustiva o papel destes atores ou agentes, mas que cumprem o objetivo de ilustrar a realidade sul-americana.

## ALGUNS ATORES GEOECONÔMICOS DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA AMÉRICA DO SUL

Primeiramente, a geopolítica dos alimentos tem na especulação dos preços das *commodities* uma variável importante na discussão. Esta especulação se realiza nos mercados de futuros e bolsas de valores que podem ser considerados como um dos mais importantes atores geoeconômicos que opera na escala global, atuação que é central na dinâmica capitalista atual e na qual os negócios que envolvem empresas que são sul-americanas ou que operam na região também fazem parte.

Assim, de acordo com Paula Alvarez Roa (2014), há três bolsas no mundo que fixam preços de alimentos em mercados de longo prazo: a bolsa de Chicago, a de Kansas City e de Minneapolis. Na bolsa de Chicago se negocia 25 produtos agrícolas que são *commodities*, com os *Hedges Funds* atuando no mercado de futuros. Eles adquirem por volta de 30 milhões de toneladas de soja por dia no mercado de futuro, bem como as empresas especializadas em armazenagem de produtos agrícolas. Segundo a autora, “muchos han llegado a señalar que hoy en día resulta muy difícil cuantificar exactamente la inversión financiera en el sector agrícola que se pueda considerar especulativa. Estimaciones señalan que al menos un 55% de la totalidad de la inversión financiera en lo agrícola cumple con estas características”, de forma que os preços contratados para o futuro nestas bolsas nos EUA refletem no mundo todo o preço no futuro, mas também o preço atual (ROA, 2014).

Além do protagonismo das bolsas de valores na fixação de preços e no acirramento da especulação há, segundo Paula Alvarez Roa (2014), outro ator protagonista na produção de alimentos: as transnacionais do ramo, que têm se apoderado e controlado a cadeia, “desde la semilla hasta la producción y posterior comercialización de lo que consumimos”, oligopólios com ganhos exorbitantes dos quais 10 empresas controlam “67% de este rubro y el 89% del mercado global de agrotóxicos”.

A indústria de alimentos tem sido a grande favorecida com a alta de preços que induz à crise alimentar global. Por causa desta crise, vários países importadores de alimentos vêm comprando terras para produzirem alimentos no exterior, apropriando-se e controlando terras para fins agrícolas em vários países do mundo. Segundo esta autora, esses países apropriadores “consideran esto como una innovadora estrategia de largo plazo para alimentar a sus pueblos a buenos precios y con mucha mayor seguridad que hasta ahora; Arabia Saudita, Japón, China, India, Corea, Libia y Egipto están en ese camino” (ROA, 2014).

Na sequência, destacamos, entre atores protagonistas da geopolítica dos alimentos, as comercializadoras de cereais e grãos. De fato, Sophia Murphy, David Burch & Jennifer Clapp (2012), há quatro grandes comercializadoras de matérias-primas agrícolas em nível mundial que têm um papel central no sistema agroalimentar: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus, conhecidas pelo acrônimo ABCD e que compartilham até 90% do comércio mundial de certos cereais. Além delas há outras comercializadoras emergentes como a Olam, a Sinar Mas & Wilmar que compartilham com elas boa parte do mercado mundial.

Um detalhe importante na atuação destas empresas é que elas são multitarefas, operando em vários segmentos da cadeia de valor. Assim, elas, “no sólo operan con las materias primas en su estado físico, sino que lo hacen desde el terreno donde se producen y a lo largo de toda la cadena hasta el procesamiento de los alimentos”. Essas empresas comercializadoras também fornecem as sementes, os fertilizantes e agroquímicos aos produtores, adquirindo também os produtos agrícolas que armazenam em instalações próprias. E elas também “actúan como propietarias de la

tierra, productoras ganaderas y avícolas, procesadoras de alimentos, transportistas y productoras de biocombustibles, así como proporcionan servicios financieros en los mercados de materias primas”. Desta forma, concluem os autores, as comercializadoras de grãos e cereais têm sido um elemento chave de transformação da produção de alimentos que se torna uma atividade cada vez mais complexa, globalizada e financeirizada (MURPHY; BURCH & CLAPP, 2012).

Há consequências neste modelo vigente, já que os preços dos alimentos e o acesso a recursos fundamentais (como terra e água) são afetados pelas atividades das comercializadoras, de forma que, apesar da enorme influência que elas exercem, poucas informações sobre elas e suas operações são tornadas públicas.

Dentre as quatro categorias de empresas agroalimentares (provedoras de insumos, comercializadoras de cereais, processadoras e distribuidoras de alimentos), as comercializadoras são aquelas que menos têm sofrido mudanças nas últimas décadas, por causa de uma “redistribución de poder a lo largo de la cadena de suministro agroalimentaria y [con] al surgimiento de distribuidores mundiales como Wal-Mart, Carrefour y Tesco, así como a los cambios en los gustos y expectativas de los consumidores”.

Isso resulta que o comércio de produtos agroalimentares cada vez mais está dominado por exportações e importações de produtos processados e de alto valor agregado. O comércio de matérias primas, por sua vez, recentemente apresenta cerca de um terço do total de produtos comercializados, bem diverso da década de 1980 quando representava a maior parte do comércio de alimentos (MURPHY; BURCH & CLAPP, 2012).

O que difere estas empresas de suas concorrentes é a escala e amplitude, pois elas lidam com uma variedade maior de produtos básicos (milho, trigo, sementes oleaginosas como soja, caroço de algodão e palma para azeite de dendê). Mas, mesmo com esta múltipla atuação, outros segmentos da cadeia têm apresentado estratégias mais ousadas de atuação e principalmente têm ocorrido fusões, em crescente concentração.

Os autores Sophia Murphy, David Burch & Jennifer Clapp (2012) esclarecem parte dessas estratégias. Segundo eles, “las compañías químicas como Monsanto<sup>3</sup> y Ciba-Geigy han sido rebautizadas como “compañías de ciencias de la vida” al introducirse en los campos farmacéutico y de biotecnología agrícola, em um processo de fusões e vendas de ativos e com essas empresas fazendo aquisições no setor de sementes comerciais. Por sua vez, as processadoras de alimentos como a Unilever e a Nestlé continuam com seu gigantismo, mas também com muitas fusões e aquisições em novas empresas, todas com grande dinamismo e adaptando-se à realidade em mutação. Continuando em sua breve e importante descrição, os autores asseveram que “lo que se conoce como la revolución de los supermercados probablemente sea la transformación mejor documentada – y la más drástica –. Los supermercados ahora llegan hasta los campos de cultivo, que a veces están al otro lado del mundo respecto a donde se vende la producción”. Assim, os supermercados se fazem presentes em todos os continentes, com o importante detalhe do Walmart ser, senão a maior, uma das maiores empresas do mundo. “Por el contrario, entre las cinco primeras comercializadoras de materias primas, la única nueva empresa desde mediados del siglo XIX es ADM, que se fundó en 1902 aunque no empezó a operar mundialmente hasta la década de 1970” (MURPHY; BURCH & CLAPP, 2012).

---

<sup>3</sup> A Monsanto foi incorporada em setembro de 2016 pela corporação alemã Bayer.

Maria Mantilla (2011) em um estudo sobre cadeia agroalimentar milho-ave no Equador, argumenta que uma importante consequência da difusão de modelo de empresa agro-industrial é que elas estão transformando “los agricultores campesinos en productores absolutamente dependientes a través de contratos agrarios, lo cual equivale a acentuar el proceso de proletarianización del campesinado” e defende que “la agricultura está cada vez más supeditada a decisiones que no son tomadas por los agricultores sino por otros agentes que controlan el sistema agroalimentario” (MONTILLA, 2011).

As federações nacionais rurais de empresários e proprietários de terras também são atores importantes. Destacamos apenas federações e congêneres de alguns países como ilustrativas de um padrão de atuação na América do Sul.

O caso brasileiro foi caracterizado de acordo com o trabalho de Wagner Iglecias (2007) o qual apresenta breve histórico da fundação das principais federações e associações rurais brasileiras. Assim,

a estruturação formal da representação dos interesses do setor agropecuário no Brasil data do início do fim do século XIX, com a criação de entidades que serviam tanto à representação propriamente dita quanto à prestação de serviços aos empresários rurais. A Constituição de 1891 foi o marco legal que regulou a criação e o funcionamento das primeiras organizações empresariais rurais de peso, como a *Sociedade Nacional da Agricultura* (SNA), fundada no Rio de Janeiro em 1897, e a *Sociedade Rural Brasileira* (SRB), fundada em São Paulo em 1919. A SNA foi a primeira entidade de representação autônoma dos produtores rurais brasileiros e constituiu-se como um importante interlocutor do governo durante a República Velha, tendo tido papel fundamental na criação do Ministério da Agricultura, ocorrida em 1901. Mas teve de dividir o monopólio da representação empresarial rural a partir do governo Vargas com a SRB, que foi criada com o propósito de defender os interesses dos segmentos mais modernos do campo, especialmente aqueles mais integrados, do ponto de vista produtivo, com a indústria. A então recém-criada *Confederação Rural Brasileira* (CRB), fundada em 1928, tornou-se, ao longo das décadas seguintes, a estrutura de cúpula da representação dos empresários rurais e de controle, por parte do Estado, de seus interesses. Ela foi substituída pela *Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária* (CNA), criada por decreto-lei de 1964, juntamente da *Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura* (Contag) [sem grifo no original] (IGLECIAS, 2007).

Na atualidade, as organizações representativas do agronegócio no Brasil se diversificaram. Wagner Iglecias (2007) enumera diversas destas associações e organizações. Assim, no âmbito da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) foi criado o *Conselho Superior da Agricultura e Pecuária do Brasil* (Rural Brasil) que, segundo o autor, “é uma arena para a comunhão de ideias e princípios, mas que, na prática, é a instância na qual se organiza o grande lobby da agropecuária brasileira junto aos três poderes” governamentais do país. É digno de nota que este Conselho sucedeu a extinta “*Frente Ampla da Agricultura Brasileira* (FAAB), criada em 1986 por iniciativa da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) para defender os interesses do empresariado rural durante o processo constituinte, que durou até 1988<sup>4</sup>”.

---

<sup>4</sup> Reforçando a caracterização das entidades do agronegócio no país, Sérgio Sauer & Nilton Luis Godoy Tubino (2007) advogam que “todas estas entidades, expressando a histórica posição do setor, sempre foram refratárias a qualquer processo de democratização da estrutura da propriedade da terra no Brasil.[...] Após mais de 20 anos de regime militar, [...] um governo civil reacendeu as esperanças de que a redemocratização política poderia representar



Cabe também observar a tentativa de internacionalização das ações do agronegócio brasileiro. Está sob o comando da CNA o *Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais*, do qual fazem parte a OCB e a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG). Assim, há uma tentativa de internacionalização da atuação política do chamado patronato rural brasileiro (IGLECIAS, 2007), pois seu projeto político hegemônico após a Constituição de 1988 está voltado para a “modernização da agricultura, a partir de seu funcionamento em bases empresariais e internacionais e da incorporação, definitiva, do conceito de agronegócio às políticas públicas destinadas à agropecuária brasileira” (IGLECIAS, 2007).

É importante observar também as metamorfoses da imagem do empresário rural. Segundo Wagner Iglecias (2007), já nos anos 1990, começa a ganhar força uma imagem do moderno empresário agroindustrial como cosmopolita e produtivo, em substituição da figura do velho fazendeiro provinciano e atrasado, “numa espécie de reinvenção do próprio conceito de agricultura no Brasil”. Além da crescente internacionalização há especialização por cadeias, com notável surgimento de entidades de representações de interesses específicos, com crescente estruturação de diversas cadeias produtivas da agropecuária (IGLECIAS, 2007).

Em uma nota Wagner Iglecias faz uma importante observação, afirmando que para além das inovações recentes que se pode observar no empresariado rural brasileiro, entre as quais se podem enumerar “a progressiva profissionalização da gestão, a crescente flexibilidade da estrutura de representação de seus interesses e a própria sucessão geracional”, o empresariado rural faz uso a muito tempo de estratégias diversificadas de relacionamento com o Estado. Entre elas a mais evidente é o *lobby* no poder legislativo, com a eleição de representantes em todos os estados da federação com atuante participação nas diversas comissões parlamentares que tratam de interesses do agronegócio, mas também com a participação direta de seus líderes em cargos do poder Executivo que são ligados à agropecuária.

Por fim, é importante observar que os empresários rurais brasileiros utilizam-se também de estratégias de marketing, principalmente “em momentos de tensionamento nas relações com os governos, como ocorre com os *tratorações* e demais tipos de manifestação de mesma natureza” (BRUNO, 2012), com estratégias de convencimento público dos principais pontos de vista do agronegócio no Brasil, muitas vezes via grandes mídias.

No caso do Paraguai, o patronato rural tem sua representação feita pela Asociación Rural del Paraguay (ARP). O autor Miguel Lovera (2014) explica que o controle sobre a agricultura de larga escala no Paraguai é exercido por uma combinação de grupos oligárquicos e de interesses transnacionais. O grupo predominante é composto por proprietários de terra, sendo que o poder deste grupo foi consolidado durante o governo do Partido Colorado entre 1954 e 2008, partido que, especialmente durante a ditadura do general Alfredo Stroessner, privatizou mais de 12 milhões de hectares (ha), resultando em alta concentração fundiária, já que as propriedades

---

também uma democratização da propriedade fundiária. Dessas esperanças surgiram as forças políticas que resultaram no anúncio do I Plano Nacional de Reforma Agrária, pelo Governo Sarney, em 1985. A posição absolutamente refratária a qualquer forma de reforma agrária das entidades ruralistas aflorou novamente.[...] Essas reações do setor patronal culminaram com a criação da União Democrática Ruralista (UDR) e da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB).Essa segunda aliança, criada em 1986, representou uma coalizão política formada por todas as entidades representativas do setor, lideradas pela CNA, OCB e SRB, que atuou de forma decisiva na redação final da Constituição Federal, de 1988, acrescentando o dispositivo que acaba impedindo a desapropriação de áreas produtivas para fins de reforma agrária. [...] Apesar das imensas diferenças que os separa, as classes e grupos patronais têm em comum dois principais traços, fundantes, que só adquirem uma maior visibilidade nas situações em que se sentem ameaçados em seus privilégios como proprietários de terra: a concepção de propriedade como direito absoluto e a defesa da violência como prática de classe” (SAUER & TUBINO, 2007).

privadas existentes totalizam 85,5% do território nas mãos de apenas 2,6% da população. Sendo assim, Miguel Lovera (2014) não hesita em denominar a sociedade paraguaia atual de sociedade feudal, em termos políticos e econômicos.

A pecuária como a atividade econômica tradicional desenvolvida por famílias de “patrícios” [aristocratas] foi adotada pela oligarquia recém-formada pelo ditador Stroessner e seu partido Colorado na década de 1960. A ação imediata tomada pelos novos proprietários foi de limpar imensas faixas de florestas e substituí-las por pastos, para formar uma “estância” e, assim, poder, de fato e direito, tornar-se membro da alta classe paraguaia, que é representada pela Asociación Rural del Paraguay (ARP) (LOVERA, 2014).

A Asociación Rural del Paraguay (ARP) congrega antigos e novos fazendeiros do *stronismo*, e é vista por muitos como um suporte fundamental para a ditadura (*E'a Digital*, 2012). Assim, o governo de Stroessner e a ARP se protegeram mutuamente, “pues gran parte de los agremiados acapararon grandes extensiones de tierra ilegítimamente a través del Instituto de Bienestar Rural (IBR)”. O IBR implementou uma “Reforma Agrária” no país “que le sirvió de bandera de campaña para el manejo de una importante masa campesina con la promesa de la distribución de la tierra”.

Segundo a revista *E'a Digital* (2012): “el resto de la historia es conocida, la Reforma agraria distribuyó tierras entre los políticos, militares y empresarios adherentes al stronismo, unas 7 millones de hectáreas según la Comisión de Verdad y Justicia, y aun hoy Paraguay es uno de los países con peor distribución de tierras. Entre los grandes beneficiarios se encontraban muchos afiliados de la Rural [IBR]”. Como forma de gratidão, os membros da Asociación Rural del Paraguay (ARP) fundaram uma agremiação poderosa que apoiou o governo ditatorial. Assim, “através de ellos, la dictadura mantuvo control sobre la población en las zonas de influencia de sus estancias y enclaves pecuarios. Esta relación de los gremios empresariales con el poder no se detuvo con la caída de la dictadura. Su influencia, poder y beneficios continuaron en las siguientes décadas, donde la estructura estatal corrupta no varió, solo cambio de patrones” (*E'a Digital*, 2012).

Há também a Unión de Gremios de la Producción (UGP), nos dizeres de Miguel Lovera (2014), um cartel do agronegócio, composto por corporações multinacionais e por empresas locais dedicadas à produção de soja e exportações de grãos, além da importação, produção e promoção comercial de sementes transgênicas e de agrotóxicos. Esta agremiação anunciou que pretende dobrar ou triplicar a área de terra onde se cultiva soja. Para o autor, caso isso venha a ocorrer, será devastador para a população rural do Paraguai pelos impactos ambientais e na saúde humana, o que vem sendo denunciado por numerosos grupos da sociedade civil, que consideram que já existe uma “guerra química” sendo travada sobre os camponeses, uma guerra que usa *Round Up* como arma química principal (LOVERA, 2014).

Isaias Albertin de Moraes, Fernando Antonio da Costa Vieira, (2015) resumem a situação de embate que há na agropecuária paraguaia e o arranjo de atores posicionados com seus discursos e práticas sobre os rumos da agropecuária paraguaia que se traduz em duas opções de modelos de desenvolvimento, tratadas pelos protagonistas como irreconciliáveis: a-) “a matriz empresarial-monopolista-agroexportadora defendida principalmente pelos grandes proprietários de terras, sobretudo os produtores de soja e de gado, estrangeiros e paraguaios; por empresas multinacionais, fornecedoras de insumos e maquinários agrícolas; pelo sistema financeiro e bancário; pela Asociación Rural del Paraguay (ARP) e por esferas da grande mídia”; e b-) “é o modelo de exploração familiar-cooperativista-alimentício que conta com o apoio dos carperos [sic], de parte da intelectualidade acadêmica, de ordens religiosas, de setores da sociedade civil organizada, de pequenas cooperativas e associações rurais, de prestigiosas organizações

internacionais, de espaços midiáticos alternativos, e com o suporte tácito de outros movimentos camponeses, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil (MORAES & VIEIRA, 2015).

No caso da Argentina, até a criação das Confederaciones Rurales Argentinas (CRA) em 1943, os proprietários rurais eram divididos em dois grandes grupos com características sociais distintas: “los grandes estancieros y terratenientes estaban asociados en la Sociedad Rural Argentina (SRA), creada en 1866, y la Federación Agraria Argentina (FAA), creada en 1912, que agrupaba principalmente pequeños chacareros y agricultores, incluyendo en la misma a los arrendatarios” (WIKIPEDIA, 2016).

Essas organizações agrárias tem historicamente uma relação de enfrentamento, pois, segundo Nicolás Pérez Trento (2015), “el origen de la FAA está directamente relacionado con las características de la estructura social agraria pampeana de principios del siglo XX, que son aún hoy objeto de debate. Durante un tiempo predominó la posteriormente denominada ‘visión tradicional’”, com a agricultura do país subordinada as grandes estâncias de gado. Assim, “el vínculo entre ganadería y agricultura se habría articulado a través de la propiedad de la tierra, que estaba en manos de los terratenientes-capitalistas ganaderos, mientras que los agricultores se constituyeron como arrendatarios”. Os agricultores estabeleciam-se em pequenas propriedades, com pouca acumulação de capitais e baseadas em mão de obra familiar. Assim, a fundação da FAA se deu para representar esses atores (TRENTO, 2015).

A Sociedad Rural Argentina, por sua vez, nucleou os proprietários de terras capitalistas criadores de gado de maior porte, concentrados principalmente na região dos Pampas argentinos, tendo como razão de ser a busca por melhoramento técnico das condições de produção pecuária. Mas, “en síntesis, la estructura originaria de representación de intereses políticos del sector agrario oponía, de un lado, a pequeños capitalistas agrícolas y productores independientes, ambos arrendatarios, y, del otro, a terratenientes-capitalistas, fundamentalmente ganaderos” (TRENTO, 2015), de forma que o caráter antagônico de classes levava a uma evidente hostilidade que a Federación Agraria Argentina enfrentava da Sociedad Rural Argentina.

Segundo Nicolás Pérez Trento (2015), a Federación Agraria Argentina atravessou um processo de transformação, pois “de la gran masa de pequeños capitalistas agrícolas arrendatarios que la conformaban, buena parte había accedido a la propiedad de la tierra, mientras que otra fracción había sido desalojada, y perdió en muchos casos su carácter de capitalista. Cualquiera fuera el caso, [...] la mayoría de los socios de la entidad habían logrado sumar a su condición de pequeños capitalistas la de pequeños terratenientes”. Assim, houve uma atenuação de relações antagônicas com a SRA e a CRA, com crescentes ações conjuntas entre estas agremiações (TRENTO, 2015).

Cabe notar que a partir da segunda metade da década de 1980 a produção rural da Argentina começa a se transformar, influenciada por processos como a globalização, a ascensão chinesa, maior demanda internacional de matérias primas e o crescimento da produção de soja. Assim, “los cambios estructurales en la producción y el capital rural, impactaron fuertemente sobre la conformación de los subsectores patronales del campo y sus relaciones recíprocas”, com o surgimento de novas organizações representativas de interesses e de novos sujeitos” (WIKIPEDIA, 2016).

Em 2008, as Confederaciones Rurales Argentinas formaram, junto com a Sociedad Rural Argentina, a Federación Agraria Argentina e com o CONINAGRO, a *Mesa de Enlace Agropecuária*. um canal de negociação e representação. Em outro trabalho Nicolás Pérez Trento (2013) observa

transformações recentes nas relações e nas estratégias de atuação das entidades rurais patronais argentinas. Para o autor:

las entidades gremiales muestran una tendencia a la dilución de sus antagonismos históricos, lo que les permite converger en acciones políticas conjuntas como el *lockout* agropecuario del 2008. El caso más marcado de este movimiento es el de la FAA. Asimismo, la estructura de organizaciones del sector comienza a expandirse, al abarcar asociaciones de un nuevo tipo que asumen funciones técnicas y se vinculan especialmente con la gestión del capital, la utilización de nuevas tecnologías y la integración de los distintos eslabones de la cadena de producción, incluyendo la producción primaria. Finalmente, la necesidad de profesionalización de numerosos capitalistas agrarios comienza a ser respondida por distintas organizaciones, entre las cuales destacan la FAA y AAPRESID. Esta última lo hace, por otra parte, bajo la forma ideológica del empresario innovador (TRENTO, 2013).

Em suma, o patronato agropecuário da Argentina em boa parte de sua história se caracterizou por ser uma “estructura de organizaciones que se articula en torno a las reivindicaciones gremiales, y que se caracteriza por su fragmentación, principalmente en torno a la actividad productiva, la posesión de la tierra y magnitud del capital, y de estrategia respecto a las estructuras de comercialización”, um sistema que apresenta certa indeterminação em relação às bases sociais por elas representadas porque em parte elas se superpõem (TRENTO, 2013).

A soja, um produto agrícola de grande repercussão na América do Sul, criou uma impressionante cadeia produtiva, tornando-se certamente o mais paradigmático modelo exógeno e produtivista, que não mede as consequências na busca por lucratividade crescente. O GRAIN<sup>5</sup> (2013) analisa, de forma bastante crítica e sob a perspectiva da agricultura familiar e camponesa, os impactos provocados no uso e ocupação da terra agropecuária no subcontinente, por um ator geoeconômico poderoso, que é as empresas da cadeia produtiva da soja, tais como a Sygenta,<sup>6</sup> que em 2003 enunciou em jornais da grande imprensa sul-americana a existência de uma *República Unida de la Soja*, sobreposta aos territórios nacionais de países do Cone Sul onde soja transgênica é semeada, sendo composta por partes do território do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, em uma unidade à revelia de povos e nações, e que manifesta um projeto corporativo que vem sendo instrumentalizado por agentes geoeconômicos privados e por governos. O informe do GRAIN nomeia os protagonistas deste projeto hegemônico e transnacional:

los responsables de esta cadena destructiva son un puñado y tienen nombre y apellido: Monsanto y algunas corporaciones biotecnológicas más a la cabeza (Syngenta, Bayer); terratenientes y pools de siembra<sup>7</sup> que controlan millones

<sup>5</sup> O GRAIN se autodeclara como “una pequeña organización internacional que trabaja apoyando a campesinos y a movimientos sociales en sus luchas por lograr sistemas alimentarios basados en la biodiversidad y controlados comunitariamente”. Ver sítio eletrônico.

<sup>6</sup> A Sygenta, empresa suíça produtora de sementes e agroquímicos foi adquirida pela empresa chinesa Chemchina em agosto de 2016.

<sup>7</sup> Segundo Martine Guibert & Éve Anne Bühler (2016), “la figura del pool evoca la colaboración transitoria entre los participantes de un grupo, cada uno brindando un recurso útil al proyecto de producción que los une: el dueño de las tierras que va a cobrar una “renta” por sus campos arrendados; el contratista (dueño de la maquinaria agrícola, que además puede ser productor) que asegura las labores (siembra, pulverización, cosecha) y el acceso a las últimas innovaciones; el profesional, como por ejemplo un ingeniero agrónomo que ofrece sus conocimientos productivos y técnicos; y, a menudo, se suman inversores que son dueños del capital. Todas las partes de un pool apuntan a maximizar los beneficios de la combinación de los recursos reunidos. Es la parte administradora quien contrata a los

de hectáreas (Los Grobo, CRESUD, El Tejar, Maggi son algunos de los principales); Cargill, ADM y Bunge transportando los granos al otro lado del mundo. Y, por supuesto, los gobiernos de cada uno de los países que apoyan de manera entusiasta este modelo. A ellos se suman un extenso número de empresas que aprovechan el “derrame” y proveen servicios, maquinaria agrícola, fumigaciones, insumos, etc. (GRAIN, 2013)

Como bem esclarece o GRAIN (2013), um grande problema é a falta de autocrítica dos impactos ocasionados por esta agricultura industrial, por este modelo agrícola adotado, ressaltando-se os impactos na produção de alimentos que garantem segurança alimentar aos povos dos países da região, os custos ambientais e para a saúde humana pelo uso de agrotóxicos, indispensáveis neste modelo adotado, e os custos sociais, com concentração de terras, deslocamentos de populações tradicionais, em especial indígenas, e conflitos diversos muitas vezes com perdas de vidas humanas.

E, por fim, este modelo da agricultura industrial é defendido “por todos los gobiernos de la región [America del Sur] que lo asumen como política de Estado, en todos los casos” que consideram estes graves problemas como “efeitos colaterais” quando são pressionados por grupos sociais que o fazem de maneira fragmentada e pontual (GRAIN, 2013).

### **ALGUNS ATORES SOCIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA NA AMÉRICA DO SUL**

Há no mundo cerca de três bilhões de pessoas que vivem em zonas rurais se dedicando à agricultura e pecuária familiares, um modelo agrícola de valor estratégico, por sua função econômica, social, cultural, ambiental e territorial, já que 70% dos alimentos produzidos no mundo são oriundos da agricultura familiar, que se caracteriza por uma “producción sostenible de alimentos destinados a la soberanía alimentaria, la gestión ambiental de la tierra y su biodiversidad y la preservación de la importante herencia sociocultural de las comunidades rurales y las naciones” (ROA, 2014). Nos países da América do Sul não é diferente, conforme pudemos averiguar no desdobramento desta pesquisa e que não será tratado nesta oportunidade.

A despeito de sua importância, um ator importante, mas cada vez mais fragilizado na América do Sul, é o camponês, um dos representantes dos chamados povos tradicionais. Assim na América do Sul, o desenvolvimento do capitalismo no campo vem ocorrendo com contínua expropriação e exploração dos chamados povos tradicionais, tais como: “os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, babaçueiros, pantaneiros, caiçaras, jangadeiros, pescadores artesanais, sertanejos, camponeses, entre outros” (FERNANDES, WELCH & GONÇALVES, 2012).

Em franca defesa dos interesses camponeses, Bernardo Mançano Fernandes, Clifford Andrew Welch, Elienai Constantino Gonçalves (2012) asseveram que esses povos resistem há séculos pela manutenção de seu modo de vida e de seus territórios, de forma que, quando há conflitos de interesse em disputa territorial entre esses povos e empresas capitalistas, acontece uma territorialização de um grupo e uma desterritorialização do outro, podendo também a disputa se

---

otros oferentes de recursos. El pool de siembra puede entonces ser definido como ‘un gran contrato generador de contratos’ pues ‘... el contrato permite dinamizar y potenciar los esfuerzos de equipos de profesionales y técnicos, así como también administradores de empresas, que a su vez ordenan las experiencias de la agricultura intensiva, asegurando a propietarios y contratistas márgenes interesantes para que estos brinden tierra y servicios a la actividad’ (GUIBERT & BÜHLER, 2016).

dar no controle do acesso ou de formas de uso do território (FERNANDES, WELCH & GONÇALVES, 2012).

Segundo Mirian Claudia Lourenção Simonetti (2012), nas últimas décadas, estamos assistindo em vários países da América Latina uma aceleração da destruição da agricultura camponesa e a concomitante ampliação de monoculturas ligadas ao agronegócio de exportação. Além da concentração de terras que este modelo agroindustrial impõe há também destruição das florestas nativas, com as consequentes destruições da biodiversidade, mananciais, rios e comunidades tradicionais. Segundo a autora, é um processo vinculado ao avanço do capitalismo financeiro e das empresas transnacionais (SIMONETTI, 2012). Assim,

O processo de reprodução ampliada do capital lança as grandes empresas numa guerra de privatização que as leva a expulsar camponeses, comunidades indígenas, privatizando suas terras, territórios, florestas, biodiversidade, água e minérios. O cultivo de agrocombustíveis (cana-de-açúcar) em grandes monoculturas industriais também é razão dessa expulsão, amparada em argumentos sobre crise energética e climática (SIMONETTI, 2012).

É um contexto que fez com que muitos camponeses fragilizados e pressionados pelo capital agroindustrial, se mobilizassem e, por meio de ação coletiva, passassem a lutar de forma organizada por seus direitos. Um desses novos atores é a Via Campesina.

Mirian Claudia Lourenção Simonetti (2012), em estudo sobre a Via Campesina, aponta que esta organização surgiu em 1992, como uma rede transnacional de movimentos sociais rurais para atuar junto aos grandes centros de poder na formulação e promoção de políticas agrícolas que afetem o campesinato. Assim, “a Via Campesina age como um articulador de interesses de atores menores no cenário mundial” (SIMONETTI, 2012).

A Via Campesina é uma rede transnacional de movimentos sociais que sofre influências mútuas, entre as esferas local e global. A autora complementa, afirmando que “a transnacionalização de movimentos sociais abarca as relações sociais originadas das tensões existentes entre o local e o global, formadas entre agentes coletivos além dos limites territoriais dos países, que em graus variáveis de institucionalização, congregam membros dos mais variados países, possibilitando uma atuação mais efetiva em busca de seus interesses” (SIMONETTI, 2012). Esta autora explica que:

em decorrência dos novos desafios surgidos no cotidiano camponês, houve uma maior convergência dos movimentos sociais rurais em direção da nacionalização, regionalização e da transnacionalização. Assim, buscavam novos ambientes de negociação e de ação coletiva para que o alcance de seus objetivos fosse facilitado, levando-se, assim, a um maior estreitamento entre o ativismo dos movimentos sociais transnacionais, tanto do Norte como do Sul, pilar esse de sustentação da Via Campesina (SIMONETTI, 2012).

A Via Campesina promove campanhas, como a Campanha Soberania Alimentar e a Campanha Sementes que são inter-relacionadas e confluem para o objetivo de lutar por justiça social e pelo reconhecimento dos direitos dos camponeses, sintetizados no conceito de *Soberania Alimentar*, concebido no interior da Via Campesina e que traduz a ideia de um direito dos diversos povos e países de definirem “suas próprias políticas agrícolas, sem que essas sejam passíveis de qualquer tipo de dumping de terceiros”, de forma que a agricultura ter a função de alimentar a população, dando preferência à produção local em detrimento da agricultura para exportação (SIMONETTI, 2012).

Por sua vez, na campanha Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade, o foco é o combate à privatização e ao patenteamento sobre a vida, mas também pela garantia à Soberania Alimentar dos povos, uma luta pela conservação do status público das sementes.

A Via Campesina tem assumido um posicionamento que sai do campo exclusivo da contestação e busca mudanças efetivas nas políticas agrícolas, por meio de mecanismos legais internacionais.

Entre os atores que sofrem pressões e perdas de terras destacam-se os povos indígenas sul-americanos. Rodolfo Stavenhagen (2008<sup>2</sup>) em entrevista a revista Nuevamerica, faz uma síntese dos movimentos indígenas na América do Sul e sua luta pela terra e modo de vida. Este autor assinala os anos 1980 como o marco do surgimento dos movimentos indígenas de luta por direitos humanos, em especial os direitos à terra e aos recursos naturais.

Na América do Sul, as primeiras experiências bem sucedidas se deram na região amazônica do Equador, localidade que sofreu muitos ataques de empresas agrocomerciais e petroleiras, que invadiram territórios tradicionais. Posteriormente, surgiram outros movimentos na Bolívia, Brasil e Colômbia, fortalecidos internacionalmente por movimentos indígenas canadenses e norte-americanos que encaminharam suas demandas à ONU. Rodolfo Stavenhagen (2008<sup>2</sup>) narra na entrevista que

desde sus principios, las organizaciones indígenas expresaron distintas perspectivas y puntos de vista. Las asociaciones comunitarias y locales se concentraban en objetivos inmediatos relacionados con problemas específicos, como la cuestión de la tierra, la defensa de sus recursos o la negociación con las autoridades gubernamentales.. [...] Lograron algunos éxitos pero su actuación rara vez trascendió el propio ámbito. También sufrían acoso, persecución y represiones cuando se enfrentaban a intereses latifundistas o caciquiles poderosos. (STAVENHAGEN, 2008<sup>2</sup>).

Em algumas regiões da América do Sul, os movimentos indígenas foram muito ativos, estabelecendo-se em federações, com lideranças mais politizadas e com vínculos com outros movimentos sociais como os de camponeses, operários, professores, estudantes e assentados urbanos. Frequentemente eram assessorados por alguma ONG ou pela Igreja. Em algumas situações, os movimentos indígenas mantiveram contato com antigos movimentos guerrilheiros ou revolucionários que agiam próximo de suas aldeias. Mas, suas demandas geralmente centravam-se na questão agrária, na justiça, no meio ambiente, mas também nas políticas econômicas e sociais e estruturas do poder regional. Alguns deles tiveram ligações com partidos políticos e começaram a ter relações em fóruns multilaterais e intergovernamentais, já a partir da década de 1980.

Adentrando no século XXI, persiste a luta indígena em todo o subcontinente que vem sendo travada desde o período colonial. Os povos indígenas continuam sendo expulsos de suas terras e tendo a sua cultura destruída. Em suma, os desafios que enfrentam hoje os povos indígenas são múltiplos e graves e a sua solução requer adequadas políticas por parte dos governos nacionais (STAVENHAGEN, 2008<sup>2</sup>).

## **ALGUNS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO USO E OCUPAÇÃO DE TERRAS PARA FINS AGROPECUÁRIOS NA AMÉRICA DO SUL**

O Subcontinente sul-americano apresenta diversidade, mas certos impactos socioambientais resultantes do uso e ocupação das terras para fins agropecuários são recorrentes. Um impacto ambiental que chama a atenção e que se repete em praticamente todo o subcontinente é o desmatamento em ritmo acelerado. Um estudo efetuado pela *SciDev.Net*, chama a atenção para o fato de haver apenas outros três países no mundo com maior desmatamento *per capita* do que a Bolívia: Botswana, Paraguai e Namíbia, indicando outro país sul-americano vítima do mesmo acelerado processo. No estudo está indicado que por volta de 20% da floresta amazônica foi desmatada, ainda que 40% de sua área sejam de áreas protegidas, mas o fato é que 7% da Amazônia são terras bolivianas merecendo, portanto, maior cuidado o desmatamento na Bolívia (DE AMBROSIO, 2016).

Um conflito socioeconômico muito frequente na América do Sul diz respeito à concentração de terras, processo que vem ocorrendo de forma impressionante. De forma específica, há conflitos ocorridos por causa de terras cultiváveis, o que ocasiona escassez e ao mesmo tempo aumento dos preços dos alimentos, tanto em nível local, como internacionalmente.

A relação entre pequenos camponeses e o Estado, no aspecto de formalização de propriedades rurais para a agricultura camponesa, de povos tradicionais e a agricultura família revela, no geral, a existência de leis para proteger os interesses dos pequenos produtores, mas que muitas vezes acaba em letras mortas, pois não há efetividade de políticas públicas de formalização de propriedades rurais para pequenos produtores.

Conflitos indígenas são relevantes na América do Sul. Líderes indígenas são perseguidos e há, muitas vezes, uma *invisibilização* das suas lutas, além de expulsões violentas de suas terras, de maneira que para muitos povos indígenas, o simples ato de permanecer na terra já é um ato de resistência.

Assinalem-se também conflitos entre grandes corporações e agricultores, mesmo aqueles capitalizados, que ocorrem sistematicamente na região, caso de conflitos que envolvem a Monsanto e outros com participação de agricultores familiares, camponeses e movimentos sociais que rechaçam tentativas de avançar uma privatização dos chamados bens comuns.

Assim, demonstramos que há uma diversidade de atores, dentre os quais os grandes empresários rurais, as associações agrárias, os indígenas, os pequenos camponeses, as corporações internacionais, a imprensa e governos que conflitam uns com os outros, mas que também fazem alianças e usam de estratégias de articulação para manter a defesa de seus interesses.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As transformações trazidas pela globalização econômica levam a um aumento de demanda por *commodities* agrícolas, em contexto de ascensão econômica da China e de melhoria nas condições de vida em países que não conseguem suprir internamente a demanda por alimentos.

Vem ocorrendo no mundo uma crescente busca por produtos agropecuários, situação que levou os países da América do Sul a serem chamados de celeiros do mundo, com a missão de atender a



essa crescente demanda por alimentos, porque é um subcontinente agraciado com importantes recursos naturais fundamentais à produção agropecuária: terra e água.

Argumentamos que os recursos naturais para a produção de alimentos não são finitos e seu uso indiscriminado gera uma série de impactos socioambientais que trazem novos desafios à gestão do território.

A situação sociopolítica na América do Sul tem se tornado bastante complexa, com diversos atores conflitando entre si e reivindicando direitos. Três atores são centrais na discussão: a cadeia agroindustrial de alimentos, que envolve diversos elos entre a produção da matéria-prima até o consumidor final e que tem estimulado monocultivos, muitas vezes com a finalidade de alimentar gado ou de produzir agrocombustíveis, gerando também concentração de terras; os pequenos agricultores, que são uma parte extremamente relevante porque são eles que produzem alimentos para o consumo das diversas sociedades e são eles que têm sofrido toda a sorte de pressões para saírem de suas terras, para que monocultivos possam ser semeados; e, um terceiro ator é o Estado a quem caberia mediar conflitos e propor políticas públicas para melhorar o bem-estar da população, inclusive a rural, mas que nos diversos países do subcontinente vem apoiando o agronegócio e o modelo de desenvolvimento que ele implica.

Chama a atenção o grau de violência e abandono a que a agricultura camponesa e familiar está submetida, cabendo uma ressalva de que alguns países do subcontinente implementaram políticas para a agricultura familiar, mas isso não significou a proteção de direitos, como posse da terra e justa condição de produção.

Na agricultura industrial, por sua vez, o cultivo da soja tem se tornado hegemônico, com consequências já bastante estudadas, dentre as quais se ressaltem a concentração fundiária; um movimento de *estrangeirização* de terras, com possíveis desdobramentos geopolíticos e impactos ambientais como consequências mais gritantes e que mais geram crescentes conflitos e resistências.

Também é reveladora a visível penetração de empresários do agronegócio nos aparelhos estatais, com forte presença nas bancadas legislativas de muitos países sul-americanos e também em cargos executivos, em estratégia para influenciar e garantir diretamente seus interesses.

Desflorestamentos e deslocamentos de povos tradicionais são constantes nas fronteiras agrícolas que já atingem os últimos biomas e reservas naturais, com os monocultivos imperando no uso e ocupação de terras, concentrando terras e predando a natureza.

As conclusões são desanimadoras. Seria muito importante um tratamento politizado de segurança alimentar e que houvesse uso estratégico<sup>8</sup> dos recursos naturais de forma crescente para evitar a disseminação desenfreada do modelo agropecuário monocultor. No entanto, não tem havido avanços significativos nos últimos anos no subcontinente quanto a uma cooperação regional para valorizar as riquezas naturais e garantir autonomia à agropecuária voltada para a produção de alimentos.

---

<sup>8</sup> [...] “Um recurso natural somente torna-se estratégico quando ele passa a ser escasso e potencialmente vital para o desenvolvimento de atividades econômicas, uma vez que o componente conflitivo da geopolítica dos recursos naturais acontece em função da assimetria natural de sua dotação, quando em alguns territórios há abundância e em outros há escassez”. (SENHORAS; MOREIRA & VITTE, 2009).

Para concluir, Marcel Achkar; Ana Dominguez & Fernando Pesce (2009), ao refletirem sobre a racionalidade empresarial que estrutura na atualidade a gestão dos territórios rurais, resumem aspectos centrais do debate sobre a geopolítica dos alimentos e o uso e ocupação dos solos para fins agropecuários na América do Sul e que implicam dualismos. Assim, a atual dinâmica social, política e econômica nos territórios rurais sul-americanos resultam que

se ha incrementado la producción de bienes alimentarios desde el punto de vista cuantitativo pero ha disminuido la producción de diversidad alimenticia. Se ha vuelto eficiente la gestión de los recursos naturales que sustentan la fase agrícola capitalista pero han aparecido signos elocuentes de ineficiencia en la sostenibilidad del modelo: erosión de suelos, contaminación hídrica, incremento de insumos energéticos. Los volúmenes de las cosechas han crecido a ritmos de progresión aritmética y ha decrecido en progresión geométrica el número de productores rurales y campesinos. El uso intensivo del suelo, de los recursos hídricos y genéticos, ha significado la pérdida de biodiversidad en su sentido amplio: cultural y ecosistémico. La homogeneización de los paisajes rurales extensivos ha desplazado la diversidad de los sistemas agroalimentarios locales. [...] y la producción, distribución y comercialización de alimentos [...] opera[n] en una escala logística global y bajo el auspicio del capital trasnacional. [Así,] se presenta la oportunidad de lucrar con una actividad geopolíticamente relevante como es la decisión de qué, dónde, cuánto, cómo y para qué producir alimentos (adaptado de ACHKAR; DOMINGUEZ & PESCE, 2009).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHKAR, Marcel; DOMINGUEZ, Ana & PESCE, Fernando. Transformaciones, (des)integraciones y agronegocios. *Revista Estudios Uruguay*, nº 122, 9 de marzo de 2009. Disponível em: <http://revistaestudiosuruguay.blogspot.com.br/2009/03/transformaciones-desintegraciones-y.html>.
- BRUNO, Regina. Movimento Sou Agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. 36º Encontro Anual da ANPOCS GT 16 - Grupos Dirigentes e Estrutura de Poder. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/Regina-Bruno.pdf>
- DE AMBROSIO, Martín. Bolivia y su deforestación alarmante. 31/05/2016. Disponível em: <http://www.fobomade.org.bo/art-2532>.
- E'a DIGITAL. Solo 8 % de las tierras en Paraguay se utilizan para alimentos de consumo local, 08 de abril de 2015. Disponível em: <http://ea.com.py/v2/solo-8-de-las-tierras-en-paraguay-se-utilizan-para-alimentos-de-consumo-local/>
- FAO/GTIS. *Estado Mundial del Recurso Suelo (EMRS). Resumen Técnico*, s/d. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i5126s.pdf>.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A geopolítica da questão agrária mundial*. 21 de outubro de 2009b. Disponível em: [http://landaction.org/article.php?id\\_article=464](http://landaction.org/article.php?id_article=464).
- ; WELCH, Clifford Andrew & GONÇALVES, Elienai Constantino. Políticas fundiárias no Brasil: Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. *Internactional Land Coalition*.

2012. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/politicas\\_fundiarias\\_brasil-bmf\\_caw\\_ecg.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/politicas_fundiarias_brasil-bmf_caw_ecg.pdf).
- GALVIS, **Carlos Mauricio Jaramillo**. La nueva geopolítica alimentaria. *Elmundo.com*. 1 de Octubre de 2014. Disponível em: [http://www.elmundo.com/portal/opinion/columnistas/la\\_nueva\\_geopolitica\\_alimentaria.p hp#.V-LwAygrLIU](http://www.elmundo.com/portal/opinion/columnistas/la_nueva_geopolitica_alimentaria.p hp#.V-LwAygrLIU).
- GOMEZ, Anahí e LATTA, Alex Latta. *Água e megaprojetos na América Latina*, 2014. IPEA. Ano 10, ed. 78. 16 de janeiro de 2014. Disponível em [http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2983:catid=28&Itemid=23](http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2983:catid=28&Itemid=23).
- GRAIN. La República Unida de la soja recargada. GRAIN, 2013. Disponível em: <https://www.grain.org/es/article/entries/4739-la-republica-unida-de-la-soja-recargada>.
- IGLECIAS, Wagner. O Empresariado do agronegócio no Brasil. *Revista de Sociologia e Política* nº 28, junho 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n28/a06n28.pdf>
- LOVERA, Miguel. The Environmental and Social Impacts of Unsustainable Livestock Farming and Soybean Production in Paraguay A Case Study. *Centro de Estudios e Investigacion de Derecho Rural y Reforma Agraria de la Universidad Catolica de Asuncion*. 2014. Disponível em: [http://globalforestcoalition.org/wp-content/uploads/2014/05/paraguay\\_case\\_study\\_final-compressed-1.pdf](http://globalforestcoalition.org/wp-content/uploads/2014/05/paraguay_case_study_final-compressed-1.pdf)
- MANTILLA, María Rosa Yumbra. Encadenamiento agroalimentario: ¿solución sustentable de desarrollo rural o consolidación del poder agroindustrial? *Eutopía*, n. 2, outubro de 2011. Disponível em: <http://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/view/1032/952>.
- MORAES, Isaias Albertin de; VIEIRA, Fernando Antonio da Costa. Capitalismo agrário e movimentos campesinos no Paraguai. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 28, nº 364 56, julho-dezembro 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n56/0103-2186-eh-28-56-0363.pdf>
- MURPHY, Sophia; BURCH, David & CLAPP, Jennifer. El lado oscuro del comercio mundial de cereales:: El impacto de las cuatro grandes comercializadoras sobre la agricultura mundial. *Informes de Investigación de Oxfam*, agosto de 2012. Disponível em: [https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file\\_attachments/rr-cereal-secrets-grain-traders-agriculture-30082012-es\\_3.pdf](https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/rr-cereal-secrets-grain-traders-agriculture-30082012-es_3.pdf)
- QUIROGA, **Melisa Galvano**. La geopolítica de los alimentos.26/02/2016. Disponível em: <http://equilibriumglobal.com/la-geopolitica-de-los-alimentos/>
- ROA, Paula Alvarez. Mercado de terras em Colômbia: ¿Acaparamiento o soberanía alimentaria? 2012. Disponível: [http://justiciapazcolombia.com/IMG/pdf/Cartilla\\_IMCA\\_FINAL\\_FINAL\\_1\\_.pdf](http://justiciapazcolombia.com/IMG/pdf/Cartilla_IMCA_FINAL_FINAL_1_.pdf)
- SAUER, Sérgio & TUBINO, Nilton Luis Godoy. A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro. *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 10 n. 11, jul-dez, 2007. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/11/13\\_Sauer\\_n\\_11.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/11/13_Sauer_n_11.pdf)

- SENHORAS, Eloi M.; MOREIRA, Fabiano A. & VITTE, Claudete de Castro S. A agenda exploratória de recursos naturais na América do Sul: Da empiria à teorização geoestratégica de assimetrias nas relações internacionais. *Anales del XII Encuentro Internacional de Geógrafos de América Latina*. Montevideo, 2009.
- SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. Os movimentos sociais, a Via Campesina e o Pós-Colonial. *XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária*, Uberlândia, 15-19 de outubro de 2012. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1377\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1377_1.pdf).
- STAVENHAGEN, Rodolfo. Os movimentos indígenas na América Latina. Entrevista. Centro Novamerica de Educação Popular: Rio de Janeiro. *Nuevamerica*, n. 117. [¿2008¿] Disponível em: [http://www.novamerica.org.br/Revista\\_digital/L0117/rev\\_entrevista.asp](http://www.novamerica.org.br/Revista_digital/L0117/rev_entrevista.asp).
- TRENTO, Nicolás Pérez. La acción política de la Federación Agraria Argentina durante el período de la Convertibilidad (1991-2001). *Mundo Agrario*. vol. 16, nº 32, agosto 2015. Disponível em: <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv16n32a03/6855>
- TRENTO, Nicolás Pérez. Acumulación del capital y organizaciones del sector agrario en la región pampeana: 1991-2008. *X Jornadas de Sociología*. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires. 2013. Disponível em: <http://cdsa.aacademica.org/000-038/738.pdf>.